

**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2015**

PRÊAMBULO

O MUNICÍPIO DE GOIÁS, por intermédio de sua PREGOEIRA OFICIAL, designada pelo decreto n. 013/2013, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues à Pregoeira, às 08:00h (oito horas) do dia 14/09/2015, na PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

I – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por finalidade:

a) Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Laminas Largas de 13 Furos Especial, parafusos e porcas 5/8, para reposição nas maquinas motoniveladora (Caperpillar 120 B, Caperpillar 120 K, Fiatallif FG 70 e Fiatallif FR 10N) destinadas a Manutenção das Estradas Vicinais do Município de Goiás, na forma e condições da Lei nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, conforme relacionado no Termo de Referência - anexo III.

II – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desse Pregão as empresas legalmente constituídas, do ramo pertinente ao seu objeto e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.

2.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, de seus Anexos e leis aplicáveis.

2.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Secretaria Municipal de Administração e Finanças desta Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento licitatório.

2.4. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada via cartório competente ou pelo Pregoeiro ou por servidor da Equipe de Apoio. Quando a Licitante optar por autenticar sua documentação pelo Pregoeiro ou por servidor da Equipe de Apoio deverá apresentá-la com antecedência mínima de 01 (uma) hora.

2.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas, os licitantes credenciados, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.

2.6. É vedada a participação de empresa:

2.6.1. Concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação ou em recuperação, nos termos da Lei 11.101/05;

2.6.2. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública, e, caso participe do procedimento licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93;

2.6.3. Que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR – Sistema Eletrônico de Administração de Compras – Se@cs da Agência de Administração de Negócios Públicos do Estado de Goiás – AGANP ou declarada inidônea para participar de licitações no Município de Goiás, por Ato da Comissão Permanente de Licitações desta cidade;

2.6.4. Que esteja reunida em consórcio ou coligação;

2.6.5. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

III – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, a Licitante deverá apresentar um representante para credenciamento, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, da seguinte forma:

3.2. Com o termo de credenciamento preenchido na planilha (GPregões) disponibilizada pelo endereço eletrônico www.prefeituradegoias.go.gov.br, e uma via impressa e assinada.

3.2.1. Se por seu titular, diretor, sócio ou gerente, munido de cópia do Estatuto Social ou Contrato Social ou instrumento que lhe confira poderes expressos para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente;

3.2.2. Se por outra pessoa, devidamente munida por instrumento público ou particular de procuração, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, devendo estar, tal procuração, com firma reconhecida em cartório, conforme preceitua a Lei 10.406 de 10 de maio de 2002, exigindo-se também documento de identificação, como carteira de identidade ou outro documento equivalente. (O credenciamento é a condição obrigatória para a formulação de lances e para praticar todos os atos neste Pregão, artigo 4º, inciso VI da Lei 10.520/2002).

3.2.3. Todas as licitantes deverão apresentar ou assinar perante a Equipe de Apoio, antes da entrega dos envelopes, a Carta de Credenciamento e Declaração – **Anexos I e II. A ausência da declaração ou recusa em assiná-la, constitui motivo para a exclusão da Licitante do certame.**

3.3. Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos do item 3.2. deste edital terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente. A saída do representante da Licitante do ambiente do Pregão antes do término da sessão, injustificadamente, será considerada renúncia ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

3.4. O tempo de tolerância para o atraso será de cinco (5) minutos, contados a partir do horário marcado para abertura do pregão.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial e **Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, (para as licitantes interessadas), conforme Lei Complementar 123/2006, conforme modelo – Anexo XI;**

3.6. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

3.7. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras Proponentes.

IV - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. As Proponentes deverão entregar dois envelopes, devidamente fechados, contendo as páginas numeradas, com os dizeres na parte externa e frontal:

ENVELOPE 1:
“PROPOSTA DE PREÇOS”
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS
PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2015
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ)

ENVELOPE 2:
“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS
PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2015
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ)

V - DO ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

5.1. No Envelope “Proposta de Preços” constará carta-proposta, que:

5.1.1.1 - Apresentar no dia da abertura da licitação, **catálogo, folder ou folheto, da lamina proposto, onde conste de maneira clara a marca, o modelo e todas as características.**

5.1.1.2 - Seja redigida **em duas (2) vias**, sendo **uma (1) gravada em CD-ROM ou Pen Drive na planilha de proposta fornecida pela Comissão de Licitação (GP Pregão)**, etiquetada com nome da empresa, tipo e numeração da licitação e **(01) uma via impressa** em papel timbrado ou editorada por computador, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da Proponente, **conforme modelo do Anexo X.**

5.1.2. Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, UF) telefone, fax e endereço eletrônico (**e-mail**), mencionando o Banco, números da conta corrente e da Agência na qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato.

5.1.3. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso não apresente prazo de validade será este considerado 60 dias.

5.1.4. Conter descrição precisa do objeto, indicando a marca, referência e demais elementos indispensáveis à sua caracterização, devendo atender às especificações do Anexo III – Termo de Referência.

5.1.5. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando-se apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei Federal nº 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, fretes, impostos, taxas, encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca de produto dentro do prazo de garantia, se for o caso.

5.1.6. Conter Declaração de que as mercadorias a serem entregues obedecem à estipulação do presente edital, **conforme modelo do Anexo VII.**

5.1.7. Conter Termo de Responsabilidade, garantindo a entrega das mercadorias no prazo, quantidade e qualidade estabelecidos no Edital, **conforme modelo do Anexo VIII.**

5.1.8. Conter Declaração de Inexistência de fato de qualquer natureza, impeditivo à participação no presente procedimento licitatório, (tópico 2.6), **conforme modelo do Anexo V.**

5.1.9. As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da forma seguinte:

- a) Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
- b) Erros de transcrição das quantidades previstas: o produto será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- c) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
- d) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

5.2. O valor total da proposta será ajustado pelo Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total a ser pago.

5.3. Os preços propostos deverão ser apresentados com a inclusão de todos os tributos, inclusive ICMS.

5.4. O prazo de fornecimento não poderá ser superior a 03 (três) dias, contados da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

5.5. As licitantes deverão se responsabilizar pelas mercadorias no que tange à garantia da qualidade das mesmas.

5.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotadas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser fornecido sem ônus adicionais.

VI - DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

6.1. A proponente deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, a seguinte documentação:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da ata de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

Administração 2013/2016

f) prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Certidão expedida pela Delegacia da Receita Federal, ambas da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede;

g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da Unidade da Federação onde a licitante tem sua sede;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, por Certidão expedida pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Goiás e, também, do órgão equivalente do Município onde a licitante tem sua sede;

i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

j) declaração de que a Licitante atende ao requisito do Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal/88; **Conforme modelo do Anexo IV,**

l) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.;

m) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da Licitante, onde conste o prazo de validade e não havendo, somente será aceita com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias. Se a Comarca possuir mais de um Cartório Distribuidor, deverá ser apresentada Certidão de todos os Cartórios Distribuidores existentes na Comarca;

6.2. Os documentos extraídos via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o **site** correspondente, tal conferência se dará durante a própria sessão do Pregão.

6.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.4. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a Proponente inabilitada.

6.5. Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação automática do Proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da emissão do documento.

6.6 - Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

VII - DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1. A Pregoeira declarará aberta a sessão, iniciando-se a fase de credenciamento, conforme Título III deste.

7.2. Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas, a Pregoeira divulgará verbalmente os interessados, dando-se início ao recebimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

7.3. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, será feita a sua conferência, análise de sua conformidade com as exigências do Edital e posterior rubrica pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Licitantes.

7.4. Cumprido o Item 7.3, serão desclassificadas as propostas que:

- a) forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;
- b) apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove serem os custos coerentes com os de mercado;
- c) apresentar proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

7.5. Para fins de classificação das propostas, será considerado o menor preço por item.

7.6. A Pregoeira procederá à classificação da proposta de menor preço por item e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

7.7. Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 7.6, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem o menor preço global, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

7.8. Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme item, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Às Licitantes proclamadas classificadas, será dada a oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço global, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

7.9. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

7.10. O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço global.

7.11. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.12. O Pregoeiro poderá negociar com a Licitante excluída da participação dos lances verbais, na forma do item 7.11, caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.

7.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.

7.14. Caso não se realizem lances verbais, serão verificadas as conformidades entre a proposta escrita de menor preço global e o valor estimado para a aquisição/contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido menor preço global.

7.15. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço global.

7.16. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

Administração 2013/2016

7.17. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela Licitante que a tiver formulado.

7.18. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a Proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo Pregoeiro.

7.19. Se a Proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro negociará diretamente com a segunda Licitante melhor classificada e posteriormente examinará o seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão.

7.20. Na ocorrência do disposto no item 7.19, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para obtenção de melhor preço.

7.21. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes ficarão de posse da Administração que os devolverá após atendimento do objeto licitado ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo fixado pelo Pregoeiro.

7.22. A Licitante vencedora, ao final da sessão assinará a ata de realização lavrada pelo pregoeiro, onde substituirá a apresentação da nova proposta contendo preços, unitário e global, obtidos através da negociação efetuada na fase de lances verbais.

VIII – DOS RECURSOS

8.1. Declarada a vencedora, qualquer Licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar **imediatamente** a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido **o prazo de três (03) dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na Secretaria. A falta de manifestação importará na decadência do direito de recurso.

8.2. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito, neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido à Autoridade Superior do Órgão promotor do pregão, por intermédio do Pregoeiro, que prestará as informações no prazo de um (1) dia útil, cabendo à Autoridade Superior julgá-lo em igual prazo.

8.3. O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Superior, importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.4. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à Licitante vencedora.

8.6. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento à interessada através de comunicação por escrito, via fax.

IX - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital aquele que não o fizer em **até dois (2) dias úteis antes** da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Somente será aceita impugnação, devidamente protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Goiás, vedado qualquer outro meio de envio.

Administração 2013/2016

9.2. Acolhida a petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

X - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o menor preço Por Item.

10.2. O resultado do julgamento das propostas será disponibilizado no mural da CPL, para intimação e conhecimento dos interessados.

XI - DO PAGAMENTO

11.1. Homologada a licitação será(ão) emitida(s) a Ata de Registro de Preços a favor da(s) Adjudicatária(s) que, após entrega do objeto adjudicado deverá(ão) protocolizar perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS/SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), devidamente atestada(s), sendo concedido um prazo de 05 (cinco) dias para conferência e aprovação, contado da(s) sua(s) protocolização(ões), e será(ão) paga(s), diretamente na conta corrente da(s) Adjudicatária(s), no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da entrega do objeto.

11.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no tópico **11.2**, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.3. As Notas Fiscais deverão conter: descrição do item conforme o solicitado na ordem de fornecimento; marca; número do processo; número do empenho e o tipo de licitação.

XII - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos provenientes do Tesouro Municipal consignado no Orçamento deste Município e/ou convênios, a cargo da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Se a Adjudicatária, dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado pela Administração ou recusar-se a entregar o objeto licitado ou deixar de entregar o objeto ou apresentar documentação falsa exigida para o certame ou ensejar o retardamento da execução do seu objeto ou não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal, sem prejuízo das multas previstas na Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente e das demais cominações legais, conforme artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2. O atraso injustificado na entrega dos bens objeto deste procedimento sujeitará a Adjudicatária à multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da contratação.

13.3. Se o total da multa atingir um valor igual ou superior a 1% (um por cento) da contratação, a Adjudicatária poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

XIV - CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO

14.1. Homologada a licitação, fica a proponente vencedora obrigada à retirada da Ata de Registro de Preços na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, respeitando a validade da proposta, sob pena de incidir nas penalidades previstas no item XIII, deste instrumento convocatório.

Administração 2013/2016

14.2. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços, as mercadorias objeto deste Edital, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a segunda Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

14.3. Neste caso, a recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

14.4. O fornecimento de Laminas Largas de 13 Furos Especial, parafusos e porcas 5/8, para reposição nas máquinas motoniveladora (Caterpillar 120 B, Caterpillar 120 K, Fiatallif FG 70 e Fiatallif FR 10N) deverá ser realizado na sede do município, a varejo, em atendimento às Secretarias e Órgãos da Administração Pública Municipal mediante a requisição/autorização do responsável.

XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.2. Fica assegurado à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DESTA MUNICIPALIDADE, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogá-la no todo ou em parte.

15.3. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.4. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

15.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE GOIÁS.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.8.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.

15.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

Administração 2013/2016

15.10. A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65, Lei nº 8.666/93.

15.11. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a segunda Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

15.12. É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

15.13. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, na Sede da Prefeitura Municipal de Goiás, na Praça da Bandeira, nº. 01, Centro, Cidade de Goiás-GO, ou por meio do telefone (62) 3371-7726.

15.14. Para dirimir as questões relativas à presente licitação é competente o Foro da Comarca de Goiás – Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.15. Integram este Edital os Anexos:

ANEXO I - CARTA DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO II – DECLARAÇÃO EXIGÊNCIA DO EDITAL;

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA CF/88;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VALIDADE DA PROPOSTA;

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA, QUALIDADE E VALIDADE DOS ITENS;

ANEXO VIII - MODELO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE;

ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015;

ANEXO X - MODELO DA CARTA-PROPOSTA;

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP.

Cidade de Goiás, Estado de Goiás, ao 02 dia do mês de Setembro de 2015.

ROSANE GERMANA DE OLIVEIRA CARVALHO SANTOS
- Pregoeira –

ANEXO I- CARTA DE CREDENCIAMENTO

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À _____
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Praça da Bandeira n°. 01 – Centro – CEP 76.600-000 – Fone: 62-3371-7726 / Goiás-GO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2015
ITEM(NS) EM QUE PARTICIPARÁ.....

Assunto: Credenciamento

Na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____ credenciamos o Sr. _____, portador da carteira de identidade n° _____ e do CPF(MF) n° _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

ANEXO II – DECLARAÇÃO EXIGÊNCIA DO EDITAL

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____, nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, DECLARA, sob as penas cabíveis, que satisfaz todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Presencial nº 017/2015, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO ainda, estar ciente de que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade à Declarante.

Local _____, data ____/____/____

Nome da Empresa, do Representante Legal e Assinatura

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

Administração 2013/2016

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS/Prefeitura Municipal de Goiás – GO.

I – FINALIDADE

1.1. O presente pregão tem por finalidade de Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Laminas Largas de 13 Furos Especial, parafusos e porcas 5/8, para reposição nas máquinas patrol, destinadas a Manutenção das Estradas Vicinais do Município de Goiás, na forma e condições da Lei nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. A entrega deverá ser procedida mediante solicitação do setor competente, conforme especificações constantes deste Anexo, nos moldes do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93.

II – DO OBJETO

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO
1	UNI	300	LAMINA DE 13 FUROS (ESPECIAL)
2	UNI	3900	PARAFUSO FIXAÇÃO DA LÂMINA 5/8
3	UNI	3900	PORCAS SEXTAVADA 5/8

III – PRAZO DE ENTREGA

3.1 A empresa vencedora deverá entregar o objeto no prazo de até 02 (dois) dias, após o recebimento da autorização de fornecimento, contendo as especificações/exigências constantes no Objeto.

IV - LOCAL DE ENTREGA

4.1 - Os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, na GO 164 1km, no horário das 07:30hs às 11hs, das 13:00hs às 17:30 h, de segunda a sexta, sem ônus ao Município.

4.2 - O prazo de entrega do objeto Licitado não poderá ser superior a **02 (dois) dias**, contadas a partir da data de solicitação à contratada/ordem de fornecimento.

Obs.: Durante a entrega, a carga e descarga do objeto ficam sob responsabilidade da Empresa Vencedora.

V- FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização do objeto será exercida pela Contratante, que será designado um Servidor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

5.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município e terá as seguintes atribuições:

Administração 2013/2016

5.2.1. Receber o objeto deste contrato, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao serviços/objetos ofertado, quantidade, prazos, etc;

5.2.2. Assegurar à contratada acesso as suas dependências/propriedades, por ocasião da execução deste contrato;

5.2.3. Agir e decidir em nome do Município, inclusive, para rejeitar o(s) serviço(s) e objeto(s) prestado(s) em desacordo com as especificações exigidas;

5.2.4. Comunicar oficialmente à seus superiores quanto à rejeição do(s) objeto(s) serviço(s);

5.2.5. Acompanhar, também, os prazos estabelecidos para entrega/prazos dos mesmos e da apresentação das faturas, notificando a contratada, por escrito, quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

5.2.6. Certificar as notas fiscais/recibos correspondentes e encaminhá-las imediatamente ao Órgão Financeiro do Município, após constatar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento;

5.2.7. Exigir da contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

5.2.8. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5.2.9 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente licitação, até 25% do valor inicial atualizado do contrato;

5.3 Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.

ROSANE GERMANA DE OLIVEIRA CARVALHO SANTOS
Pregoeira

ANEXO IV – MODELOS DE DOCUMENTOS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA CF/88.

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrito no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal o
(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A licitante, CGC/MF nº por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da Lei, que, até a presente data, não existe fato que invalide o seu Certificado de Registro Cadastral - CRC, ora apresentado para fins de habilitação no Pregão Presencial nº 017/2015, promovido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos /Prefeitura Municipal de Goiás - Goiás.

Cidade, data:

Assinatura do Titular Legal da firma

Nome e Função

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

ANEXO VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE VALIDADE DA PROPOSTA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VALIDADE DA PROPOSTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS – GOIÁS.
PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2015.
ABERTURA: __/__/__ ÀS __:__H

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a validade da proposta apresentada não é inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Atenciosamente,

Goiás, em _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Rep. Legal da Empresa

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA, QUALIDADE E VALIDADE DOS ITENS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA, QUALIDADE E VALIDADE DOS ITENS.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS – GOIÁS.
PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2015.
ABERTURA: __/__/__ ÀS __:__H

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que garantimos a qualidade do objeto cotado, e com a validade mínima exigida no Edital. Declaramos ainda que a entrega das Laminas Largas de 13 Furos Especial, parafusos e porcas 5/8, para reposição nas máquinas motoniveladora (Caterpillar 120 B, Caterpillar 120 K, Fiatallif FG 70 e Fiatallif FR 10N) destinadas à Manutenção das Estradas Vicinais do Município de Goiás, obedecerá ao exigido no edital, estipulados no Anexo III – Termo de Referência, do Respetivo Edital de Licitação.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Atenciosamente,

Goiás, em ____ de ____ de 2015.

Assinatura do Rep. Legal da Empresa

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

ANEXO VIII – MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE

MODELO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS – GOIÁS.
PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2015.
ABERTURA: __/__/__ ÀS __:__H

TERMO DE RESPONSABILIDADE

A _____ (nome da empresa), vem através deste Termo de Responsabilidade garantir a entrega do objeto licitado no prazo e qualidade estabelecidos no presente Edital.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Atenciosamente,

Goiás, em _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Rep. Legal da Empresa

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015.

Ata de registro de preços, para : *FORNECIMENTO DE LAMINAS LARGAS DE 13 FUROS ESPECIAL, PARAFUSOS E PORCAS 5/8, PARA REPOSIÇÃO NAS MAQUINAS MOTONIVELADORA (CAPERPILLAR 120 B, CAPERPILLAR 120 K, FIATALLIF FG 70 E FIATALLIF FR 10N) DESTINAS A MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE GOIÁS, NA FORMA E CONDIÇÕES DA LEI Nº 8.666/93 E LEI FEDERAL Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, CONFORME RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO III.*

MODALIDADE : *PREGÃO PRESENCIAL*

Processo Nº : *___/2015*

Validade: 12 (doze) meses.

Às __:00 horas do dia __ de ____ de 2015, no MUNICÍPIO DE GOIÁS, reuniram-se na sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, situada na Praça da Bandeira nº. 01 – Centro – CEP 76.600-000, Cidade de Goiás-GO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.295.772/0001-23, a Pregoeira, da Lei nº. 8.666/1993, 10.520/02, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial, Edital de Licitação nº 017/2015, do resultado do julgamento das Propostas de Preços, publicada no Diário Oficial da União e Jornal de Grande Circulação, e homologada pelo Gestor do Município de Goiás, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para FORNECIMENTO DE LAMINAS LARGAS DE 13 FUROS ESPECIAL, PARAFUSOS E PORCAS 5/8, PARA REPOSIÇÃO NAS MAQUINAS MOTONIVELADORA (CAPERPILLAR 120 B, CAPERPILLAR 120 K, FIATALLIF FG 70 E FIATALLIF FR 10N) DESTINAS A MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE GOIÁS,, NA FORMA E CONDIÇÕES DA LEI Nº 8.666/93 E LEI FEDERAL Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, CONFORME RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO III na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tendo por finalidade o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para atender o MUNICÍPIO DE GOIÁS, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cujas propostas foram(foi) classificada(s) e declarada(s) vencedora(s) no certame acima numerado, como segue:

Fornecedor Registrado:

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

END: _____

ITEM	NOME ITEM	MARCA	QTDE.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						
03						

TOTAL DO FORNECEDOR

R\$

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

END: _____

Administração 2013/2016

ITEM	NOME ITEM	MARCA	QTDE.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						
03						

TOTAL DO FORNECEDOR **R\$**

TOTAL DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **R\$**

A referida despesa correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. FORNECIMENTO DE LAMINAS LARGAS DE 13 FUROS ESPECIAL, PARAFUSOS E PORCAS 5/8, PARA REPOSIÇÃO NAS MAQUINAS MOTONIVELADORA (CAPERPILLAR 120 B, CAPERPILLAR 120 K, FIATALLIF FG 70 E FIATALLIF FR 10N) DESTINAS A MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE GOIÁS,, NA FORMA E CONDIÇÕES DA LEI Nº 8.666/93 E LEI FEDERAL Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, CONFORME RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO III., para a sede do MUNICÍPIO DE GOIÁS, nos termos do art. 29, II, da Lei Estadual nº 16.920/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, sem alteração dos quantitativos originalmente registrados, conforme necessidade da Administração.

2.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 154 da Lei Estadual nº 16.920/2010 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art.154 da Estadual nº 16.920/2010, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo MUNICÍPIO DE GOIÁS para a devida alteração do valor registrado em Ata.

2.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE GOIÁS não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

3.1. A licitante que descumprir as obrigações e demais condições do Edital e seus anexos ficará sujeita às penalidades previstas no art. 81 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93 e nos arts. 200 a 205 da Lei Estadual nº 16.920/2010, garantido o direito prévio à ampla defesa e contraditório.

3.2. Por ilegalidade praticada no procedimento licitatório e pelo descumprimento das condições do edital, anexos e contrato, a licitante ou contratada ficarão sujeitas, conforme a gravidade e reincidência do ato, às seguintes penalidades:

a) Advertência, nos casos de menor gravidade;

b) Multa:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no da recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 05 (cinco) dias contados da data de sua convocação;

b.2) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

b.3) 0,7% (sete décimos por cento), por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado.

c) As multas previstas na letra “a” deste instrumento poderão, a critério da Administração, ser aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário;

d) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou ser deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente;

e) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE GOIÁS, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

g) Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do MUNICÍPIO DE GOIÁS e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo XI da Lei Estadual nº 16.920/2010.

h) Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração do Órgão, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

i) As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE GOIÁS poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo MUNICÍPIO DE GOIÁS.

4.2. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão.

4.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital nº 017/2015, Modalidade Pregão Presencial, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues nos prazos e preços estipulados;

5.2. A cada fornecimento, o prazo de entrega do produto não poderá ultrapassar 02 (dois) dias corridas a partir da ordem de fornecimento.

5.3. Os produtos serão entregues ao Município de Goiás/Prefeitura Municipal de Goiás, ou onde a Administração indicar.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento referente ao fornecimento dos produtos será efetuado em até 30 (trinta) dias, após protocolização e aceitação da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada pela comissão competente. Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS e INSS, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

6.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

6.3. Se houver atraso após o prazo previsto, as faturas serão pagas acrescidas de juros simples de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a *pro-rata-die* da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou à compensação financeira.

6.5. O MUNICÍPIO DE GOIÁS reserva-se ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os materiais não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DO EMPENHO

7.1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, conforme a necessidade, pelo ORDENADOR DE DESPESAS /Prefeitura Municipal de Goiás.

7.2. A emissão do empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizada pelo ORDENADOR DE DESPESAS /Prefeitura Municipal de Goiás

7.3. As adesões à Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela PREGOEIRA /Prefeitura Municipal de Goiás

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Administração 2013/2016

8.1. Integram esta Ata, o edital de Licitação nº 017/2015, Modalidade Pregão Presencial e seus anexos, a(s) proposta(s) da(s) empresa(s): _____ e _____, classificadas no certame supranumerado.

8.2. Fica eleito o foro da Comarca de Goiás, Estado de Goiás, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Comissão de Licitação do Município de Goiás, Estado de Goiás, aos ____ dias do mês de _____ de 2015.

- Pregoeiro -

- Membro -

- Membro -

Contratadas:

Empresa:

Nome da Empresa: _____

Nome do Representante Legal: _____ - RG: _____ - CPF: _____

Empresa:

Nome da Empresa: _____

Nome do Representante Legal: _____ - RG: _____ - CPF: _____

Administração 2013/2016

ANEXO X – MODELO DA CARTA PROPOSTA

CARTA PROPOSTA
Identificação da licitante

Nome da licitante:		CNPJ nº:
Endereço:		
Nome para contato:		Telefone:
Fax:		e-mail:
Nº conta corrente:	Banco:	Agência

Preços propostos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QTDE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01					
02					
03					
VALOR GLOBAL					

Informações complementares

Prazo de validade da proposta:	60 dias a partir da data de abertura do Pregão.
Prazo de entrega do material:	No máximo até 02 (dois) dias a partir do recebimento da requisição assinada pelo responsável autorizado pelo Gestor Municipal.

_____, ____ de _____ de _____

Nome: _____
RG: _____
Cargo: _____

Carimbo do CNPJ

OBS: Modelo de Carta de Proposta de Preços deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

**ANEXO XI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015.
MODELO DE DECLARAÇÃO
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP**

A empresa, por meio de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº. 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, parágrafo 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

_____, em _____ de _____ de 2015.

NOME COMPLETO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.
--